

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pelo Professor Thiago Gehre Galvão, em 10 de dezembro de 2019, para disponibilizar a obra, gratuitamente, para fins acadêmicos e não comerciais (leitura, impressão e/ou download) a partir desta data. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

REFERÊNCIA

GALVÃO, Thiago Gehre. História das relações internacionais no Brasil: avanços e perspectivas do conhecimento em horizonte próximo. In: CONFERENCIA RECONFIGURACIONES DE PODER: RESPUESTAS REGIONALES Y GLOBALES EN TIEMPOS DE INCERTIDUMBRE, 2018, Quito.

História das Relações Internacionais no Brasil: avanços e perspectivas do conhecimento em horizonte próximo

Thiago Gehre Galvão¹

Introdução

Este trabalho visa apontar em uma perspectiva crítica o *savoir faire* aplicado ao ofício de historiador das relações internacionais no Brasil, no que conceituamos como um “horizonte próximo de produção de conhecimento” – a partir das experiências de professores dedicados ao ensino, pesquisa e extensão em universidades públicas brasileiras.

O horizonte próximo de produção do conhecimento em História das Relações Internacionais pode ser desagregado em algumas partes constitutivas, que representam a própria divisão do argumento neste texto. Primeiro, em que medida dialoga com a noção de Relações Internacionais Históricas, denominação utilizada na *International Studies Association* (ISA), não sendo lugar comum na academia brasileira. Segundo, quais as principais pegadas históricas deixadas por fatos e acontecimentos internacionais e que aproximam a História das Relações Internacionais na atualidade. Em seguida, debate-se o que é ser historiador das RI no Brasil. E por último como as Diretrizes Curriculares Nacionais em RI impactam o ofício de historiador das relações internacionais.

Perspectivas sobre as Relações Internacionais Históricas

A seção da *International Studies Association* denominada *Historical International Relations* é recente, tendo sido criada em 2013, com o propósito de promover a troca de ideias entre os estudiosos interessados na história em suas fronteiras multidisciplinares internacionais. A ideia era criar um nicho de apoio para a promoção de estudos relacionados com a História, facilitando a criação de redes de cooperação entre os estudiosos e estudantes trabalhando em questões históricas de Relações Internacionais.

Não há, contudo, uma nota conceitual explicando o porquê de peculiar denominação que não alcança, por exemplo, a terminologia “História das Relações

¹ Thiago Gehre Galvão Doutor em Relações Internacionais e Professor do Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (Brasil).

Internacionais”. Nesse sentido, busca-se pensar as RI como RI Históricas mediante a depuração de algumas características definidoras, tais como o uso dos clássicos, apreciação da longa evolução histórica do mundo, constituição identitária e o peso analítico embutido à historicização dos estudos em RI.

Primeiramente, o uso dos textos clássicos de precursores e pensadores solidifica compreensão sobre a consolidação de um pensamento analítico em Relações Internacionais. Também ajuda a averiguar a evolução do conhecimento aplicado ao internacional, da Grécia antiga, passando pelo renascimento, idade da razão, até alcançar os dias atuais. Igualmente, gera luz sobre conceitos e teorias da contemporaneidade mantêm algum tipo de conexão com a história das ideias das relações internacionais.

Segundo, a longa evolução histórica das relações internacionais denota tanto o fato de que vivemos em um mundo sem fronteiras como passamos a conceber os fenômenos e acontecimentos dentro de uma trajetória de longa duração. Logo, falar de relações internacionais históricas significa olhar as origens modernas da ciência das Relações Internacionais nos séculos 15 e 16, momento em que a boa parte da humanidade consolidou um progressivo e regular, ainda que desigual, processo de convivência, motivado por questões majoritariamente comerciais.²

Terceiro, os fundamentos das relações internacionais, ainda que de base ocidentalista, precisa ser revisto e repensado à luz da dimensão histórica que interliga e conecta o Ocidente ao mundo não ocidental, reconhecendo a relevância de indianos, chineses, egípcios, persas, e especialmente do Islã como fontes detentoras de preocupações próprias sobre dinâmicas típicas das relações internacionais, tais como guerra e a paz.

Quarto, o caminho de construção da dimensão analítica das relações internacionais intersecciona com as origens do campo científico por ser um caminho histórico, com emanções políticas, sociais, culturais e econômicas. Os dramas e tragédias da Grande Guerra e da 2ª Guerra Mundial precipitaram a institucionalização do ensino e da pesquisa, influenciando no desenho inicial da ciência da política internacional.³

Por último, os novos contornos e nuances das RI no século 21 refletem a sobreposição entre as dimensões histórica e analítica, apresentando às RI um novo

² GEHRE, Thiago; ARRAES, Virgílio. *Introdução ao estudo das relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

³ Idem.

horizonte de experiências acadêmicas, de pesquisa, ensino e extensão, derivado da aproximação da agenda “pós-moderna” à abordagem histórica ou de uma verdadeira “virada histórica” nos estudos teóricos de RI.

A construção dos interesses e identidades dos países e o entendimento sobre a condição de menor desenvolvimento relativo de algumas nações passaram a ser considerados a partir da compreensão de suas mudanças ao longo da história. Estudos de Gênero avançaram para reposicionar o lugar da mulher nas RI, seu papel social como agente transformador, seus impactos em diferentes ramos como a produção do conhecimento e a segurança internacional. Estudos pós-colonialistas procuraram resgatar singularidades e complexidades de cada um dos países e regiões do globo, criticando os traços imperialistas, racistas e de subjugação contidos na proposta de liberalismo e modernização ocidental.

De fato, o não ocidentalismo tornou-se característica identitária das RI no século 21, denotando a releitura das condições que marcaram o poder e a dominação do Ocidente sobre o restante do globo nos fronts material e ideacional. Parte do pressuposto de uma “virada global” que estabelece as bases civilizacionais de uma determinada época, mediante prevalência política, econômica e cultural de uma comunidade organizada que passa a impor padrões e modelos a serem seguidos pelos demais.⁴

O resultado seria tanto a imposição da escravidão, do jugo colonial, da submissão econômica e da guerra de conquista, quanto a criação de um vasto corpo de estudos sobre o “outro” que manipulam a história para se tornarem as narrativas dominantes sobre a realidade, eclipsando outras visões sobre a organização das relações internacionais. Tais manifestações históricas nas relações internacionais deixam pegadas que podem ser rastreadas e seguidas tanto por teóricos como práticos.

Pegadas históricas a serem seguidas?

As Relações Internacionais Históricas estão conectadas à tarefa de entender e explicar fenômenos, acontecimentos e as principais tendências da contemporaneidade. Como campo do saber e da produção de conhecimento percorrem as pegadas que a história deixa, tanto na historiografia como na evolução do sistema internacional.

⁴ KUPCHAN, Charles A., No One's World The West, The Rising Rest, And The Coming Global Turn. New York, Oxford University Press, 2012.

As pegadas históricas nas RI manifestam-se tanto nos acontecimentos e fenômenos em si, como na maneira como o historiador das relações internacionais os captura. Uma das formas é enquadrar nos eixos temporal e factual das relações internacionais as relevâncias causais, as hipóteses possíveis, as consequências prováveis, as generalizações cabíveis e as conceituações consequentes. A “caça ao camaleão” motiva o historiador das relações internacionais a gerar certa inteligibilidade sobre o internacional que passa por constantes mutações e transformações.⁵

As pegadas históricas conformam-se pela interveniente influência de “constantes históricas”, tipos especiais de categorias que têm marcado a trajetória das r.i. adquirindo novas roupagens a cada época ou período. A ideia de Estado-nação associa-se às constantes históricas de autodeterminação, soberania, independência e interdependência sociedade internacional. Na história é possível vislumbrar os impactos da ideologia, do nacionalismo, da hegemonia, do imperialismo e do colonialismo como processos que criam estruturas cujos efeitos perduram por séculos nas sociedades.

Da mesma forma, os reflexos da atuação de vários regimes políticos no horizonte internacional (democracia, comunismo e nazi-fascismo), que interpretavam os fenômenos globais de maneira distinta, chamou a atenção para os nexos entre história e política. Os tomadores de decisão usam a história para ganhar perspectivas sobre o mundo e seus desafios; para impor a familiaridade sobre questões novas e intrigantes; para canalizar verdades percebidas do passado para lidar com as incertezas do futuro; ou simplesmente para enquadrar suas políticas de uma forma atraente.⁶

Percebe-se que as pegadas históricas deixam vestígios tanto na práxis como na teoria. Acadêmicos, diplomatas, militares e políticos recorrem aos conhecimentos históricos para diversas finalidades: entender a persistência de fenômenos como o terrorismo internacional; fixar de maneira definitiva a identidade de uma comunidade a um território específico; retratar revoluções, batalhas épicas e lutas de independência; bem como criar os chamados “mitos nacionalistas” em torno de um povo, território e cultura comuns.

No plano teórico, o emprego da história auxilia na categorização da realidade por meio da construção de conceitos mergulhados em contextos e significados tais como

⁵ KNUTSEN, Torbjorn L. **A history of international relations theory**. Manchester: Manchester University Press, 1997. p. 6.

⁶ BRANDS, Hal; SURI, Jeremi. **Introduction: Thinking about History and Foreign Policy**. In: BRANDS, Hal; SURI, Jeremi (editors). *The power of the past: History and Statecraft*. Washington, D. C.: Brookings Institution Press, 2016. p. 2.

tradições inventadas (Hobsbawn), comunidades imaginadas (Benedict Anderson), choque de civilizações (Huntington), alianças (Wight), equilíbrio de poder (Sheehan), sociedade internacional (Watson). A criação de um conceito ocorre em certo contexto histórico, do qual é possível derivar sua raiz motivacional e sua operacionalidade explicativa. O conceito, segundo Sheehan ao falar sobre o equilíbrio de poder, normalmente tem sua aplicação prática como uma ferramenta de análise ou um guia para a política, mas que “*has historically been a reality*”.⁷

As pegadas históricas compõe cada um dos elementos identitários das RI que, por sua vez, constituem a ponte entre os mundos real e ideacional da explicação, entendimento, reflexão crítica, interpretação e teorização sobre o internacional. A própria existência da ciência das RI reflete a evolução interativa das várias disciplinas formadoras. A interdisciplinaridade é, portanto, característica que varia ao longo do tempo, sendo perceptível a influência da antropologia e da neurociência nos estudos de RI dos dias atuais.

As novas dinâmicas de política doméstica, com novos temas como desenvolvimento sustentável, juventude, população e desenvolvimento, migração, igualdades racial e de gênero, ganharam *momentum* para o engajamento da sociedade civil na internacionalização desses temas via política externa dos Estados. A dualidade interno-internacional renovou-se em perspectivas, níveis de análise, conceituações e teorizações, mas continua demandando um entendimento sobre as conexões deste presente-futuro com o passado.

O americano-centrismo que dominou grande parte da produção e transmissão do conhecimento teórico e conceitual em RI, passou a ser rivalizado tanto pela globalidade de um conhecimento sem fronteiras como por aquela releitura não ocidentalista já referida anteriormente.

O desejo por autonomia científica coaduna com a contínua evolução teórica e metodológica do campo das RI. Era impensável alguns anos atrás o desenvolvimento de uma “*green theory*” ou de uma “*queer theory*” voltadas à absorção de valores de sustentabilidade e respeito à sexualidade.⁸ A dúvida que persiste, entretanto, é se a tendência de novas pegadas históricas sobre a produção do conhecimento das Relações Internacionais Históricas encontrará eco ou silenciará?

⁷ SHEEHAN, Michael. **The balance of power: theory and history**. London: Routledge, 1996. p. 1

⁸ WILCOX, Lauren. Queer Theory and the “Proper Objects” of International Relations. **International Studies Review**, 2014. p. 612-615.

Ser historiador das RI no Brasil

O trabalho de historiador das RI no Brasil foi inspirado por um conjunto de textos considerados clássicos que perpassaram as últimas décadas e gerações de estudiosos nas universidades brasileiras. “Sobre a definição do conceito de história” de Joan Huizinga servia ao debate sobre a definição da história como ciência e como cultura. Michel Lowy em “Ideologias e Ciências Sociais” era acessado para discutir ideologia, positivismo e historicismo, correntes que marcariam o pensamento científico e social.

“A prática da História”, texto de Barbara Tuchman, chamava a atenção para a indispensável paixão para quem escreve uma “boa história”, com título atraente, pesquisa prazerosa, assunto fascinante, uso correto da linguagem. Em particular, alertava para cuidado com o leitor em termos da seleção do material (fontes primárias e secundárias) e do exame das controvérsias. Peter Gay, em “O estilo na História” aponta a natureza dual da história, ciência e arte, procurando diferenciar suas manifestações em separado, bem como ressaltando o trabalho produzir verdade com certa beleza.

Em “Domínios da História”, Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas tratam da rivalidade entre os paradigmas iluminista e pós-moderno na História, bem como os vários campos como o econômico, social, mentalidades etc, apontando o quadro epistemológico “em que se inserem os vários territórios do historiador”.

Edward H. Carr era acessado no seu texto clássico “O que é história?” para introduzir os alunos sobre a relação do historiador com os fatos, do papel da interpretação ao contexto do historiador que produziu uma narrativa. Da mesma forma, em Carr era possível encontrar reflexões sobre o uso de hipóteses, recortes geográficos e analogias a disposição do historiador, bem como uma crítica central sobre o nexo história, ciência e moralidade. E. H. Carr instruía sobre a singularidade dos fatos, a força das experiências em detrimento de lições; a imprevisibilidade dos acontecimentos, a subjetividade na produção do conhecimento e a conexão entre religião, moral e História.⁹

Paul Veyne, no seu livro “Como se escreve a história”, debate a relação observador e objeto. O autor aponta que a quantidade de lacunas nas evidências, a capacidade do historiador de recortar o passado e a relatividade da importância dos

⁹ CARR, Edward Hallet. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8a edição, 2002. p. 56.

fatos, apontam para a subjetividade intrínseca ao se fazer História. Na mesma toada, um texto de M. L. von Franz, sobre “A ciência e o inconsciente” procura resgatar os impactos da conformação de arquétipos, que produzem emoções e perspectivas éticas e mentais, na reconstrução subjetiva da realidade.

Além disso, as metodologias de trabalho, pesquisa e ensino, empregadas pelos historiadores das relações internacionais no Brasil de ontem e de hoje se preocuparam em compreender a passagem de uma história diplomática para o olhar diversificado do historiador das RI no limiar do século XXI, consoante as influências insular britânica e continental francesa do velho continente.¹⁰

A produção de conhecimento sobre as relações internacionais históricas têm enfatizado a contribuição das escolas Francesa e Inglesa em termos de ideias, conceitos, abordagens teóricas e metodológicas. A abordagem dual, de análise das forças profundas e dos homens de Estado; a diversificação do uso das fontes; a recusa da história linear e simplista que se detinha na superfície dos acontecimentos; e os debates acerca dos conceitos fundamentais que animavam as relações internacionais. Todos esses aspectos, que marcaram a trajetória continental francesa e a insular britânica, continuam informando grande parte dos cursos de HRI no Brasil (GALVÃO & MROS 2017).

O outro espectro de interação entre produção e transmissão do conhecimento na área de HRI encontra-se na pós-graduação e nas pesquisas que frutificam e são publicadas nos principais periódicos nacionais e internacionais. Vale lembrar que o primeiro doutorado em História das Relações Internacionais remonta ao ano de 1994 no departamento de História da UnB e que depois se fundiu à pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais, passando a ser organizado em duas áreas de concentração (História das Relações Internacionais e Política Internacional e Comparada).

A reflexão e a pesquisa sobre a História das Relações internacionais foi reflexo da consolidação dos programas de graduação, pós-graduação, bem como os encontros nacionais da ABRI e seu desdobramento nos Seminários de Pós-Graduação em caráter bianual. Esta institucionalização permitiu para Lessa (2005: 4), “a articulação das novas categorias conceituais e a utilização de dados empíricos com a abertura interdisciplinar própria da grande área de Relações Internacionais”.

¹⁰ DUROSELLE, Jean-Baptiste & RENOUVIN, Pierre. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: Armand Colin, 1991. WIGHT, Martin. *A política do Poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, IPRI, 2002. BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, IPRI, 2002.

Segundo Lessa (idem) “a comunidade de História das Relações Internacionais evoluiu consistentemente e sobressaiu-se com construções teórico-metodológicas originais, especialmente nos anos mais recentes”. Seriam perceptíveis os avanços da área quando comparada a outra em ascensão como segurança internacional.

Tabela 1 – Quantidade de *papers* apresentados na ABRI nas áreas de Segurança e História.

Ano	Segurança	História
2012	37	*
2013	66	26
2014	32	4
2015	62	25
2016	47	30

*Em 2012 não existia a área de História das RI dentro do Seminário.

De fato, a área de Segurança Internacional ganhou momento na academia brasileira, tanto pelo fortalecimento de sua instância acadêmica principal a Associação Brasileira de Estudos de Defesa, pela existência de editais específicos de fomento a pesquisa como o Pró-Defesa e o Pró-Estratégia, como pela atratividade das novas áreas de segurança como *cibersecurity* e estudos críticos para a paz. Desta perspectiva é possível vislumbrar que Segurança Internacional se tornou uma das áreas mais procuradas por estudantes e pesquisadores nos encontros da ABRI, tanto para submissão de trabalhos como para participação como ouvintes.

Ao contrário, os textos apresentados na área de HRI da ABRI, em comparação, por exemplo, com os textos de segurança internacional, demonstram que a área de HRI mantém-se em patamar de prestígio e interesse, mas sem grandes avanços. O impacto político talvez seja o mais problemático, pois restringe a comunidade acadêmica da área a ter mais opções de fomento a pesquisa ou de inserção nas principais publicações ou mesmo de pleitear a independência da área junto a CAPES e ao CNPq como a comunidade de Segurança Internacional parece estar se encaminhando.

Nesse sentido, outro problema parece associado ao caráter produtivista da academia brasileira que tem emulado as dinâmicas educacionais internacionais de exigir a publicação em revistas qualificadas como A1 e A2 pela CAPES. Dentre as aproximadamente 57 publicações marcadas como A1 e A2 (26 A1 e 31 A2) pelo Qualis da CAPES, destacam-se três específicas para área da história em relações

internacionais: *Cold War History* (que discute temas correlatos às relações internacionais no período da guerra fria); *The Journal of Economic History*, voltado para estudos multidisciplinares da história e economia; *Current History*, que trata mais de tendências da política mundial com certo viés histórico; e a revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, publicação trimestral da Casa de Oswaldo Cruz.¹¹

Outras publicações já tem em sua linha editorial assimilado a dimensão da HRI como *International Perspective*, Contexto Internacional e a Revista Brasileira de Política Internacional, todas elas focando a multidisciplinaridade típica das relações internacionais, bem como a conexão entre o mundo acadêmico e político.¹²

Ademais, é possível rastrear publicações que seriam “amigáveis” em suas linhas editoriais aos temas da HRI, tais como:

- *Latin American Research Review* (revista da Associação de Estudos Latino Americanos – LASA);
- *América Latina Hoy*, revista dedicada ao estudo da realidade histórica, política e socioeconômica;
- *Sociologia e Política* que prioriza manuscritos sobre prática política de agentes sociais, mas que está aberta a contribuições das diversas disciplinas das Ciências Humanas e que podem tomar a forma de análises de discursos teóricos, investigações históricas e, especialmente, pesquisas empíricas.¹³

Como aponta Lessa, o campo de estudo das RI em sua dimensão histórica está atrelada à “adoção de horizontes mais amplos e na incorporação de novos atores”. Isto significaria trilhar o caminho do ecumenismo na escolha e utilização de abordagens teóricas “que rejeitam a dicotomia insuperável entre teoria e história, e se mostraram

¹¹Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-economic-history>; <http://www.currenthistory.com/about-current-history.php>. Acessado em: 20 de setembro de 2016.

¹²Disponível em: [http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/\(ISSN\)1528-3585/homepage/ProductInformation.html](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1528-3585/homepage/ProductInformation.html); <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>; <http://www.scielo.br/revistas/rbpi/iaboutj.htm>. Acessado em: 22 de setembro de 2016.

¹³Disponível em: <http://larcommons.org/larr/about.html>; <http://americo.usal.es/iberoame/americalatinahoy>; <http://www.scielo.br/revistas/rsocp/paboutj.htm>. Acessado em 22 de setembro de 2016.

abertas e flexíveis o suficiente para incorporar às construções próprias os conceitos e as categorias das demais ciências sociais”.¹⁴

Ao mesmo tempo em que, no âmbito da pesquisa e publicação atrelada à pós-graduação no Brasil, a HRI enfrenta uma lógica de crescimento estrangulado presas a uma “jaula científica” que impõe regras produtivistas em um cenário de baixa adesão a estas mesmas regras., é preciso compreender como na conformação dos cursos de graduação existem amarras que restringem tanto a ampliação dos horizontes de expectativas como de possibilidades de atuação das gerações seguintes de internacionalistas.

O impacto das DCNs na HRI no Brasil

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Relações Internacionais no Brasil foram recentemente aprovadas depois de intensos debates. O processo se iniciou em 2012 quando o Fórum de Coordenadores de Graduação da Associação Brasileira de RI apresentou uma primeira versão que passou a pautar os debates a partir de então.

Este período entre o lançamento da proposta e a aprovação da versão final publicada no Diário Oficial da União (DOU) representou um lapso de complexo de estagnação e retomada da matéria, flutuando consoante a corrente política (conjuntura) e as características institucionais que marcaram o campo (circunstâncias).

Ficou evidenciado um embate entre: a) tradicionalistas, de manutenção de um ensino calcado nos cânones do campo erigidos desde os anos 1970; b) vanguardistas, que pontuavam a necessária atualização para as questões do século 21; c) utilitaristas, preocupados em garantir a aprovação de um modelo mercadológico de formação de internacionalistas.

Partindo de enquadramentos conceituais que são bases de sustentação para o ensino na graduação, as visões de diferentes atores convergiram para um momento definidor na Audiência Pública que discutiu a matéria no âmbito do Conselho Nacional de Educação, procurando claramente ampliar a visão mínima estabelecida pela ABRI em 2012.

¹⁴ LESSA, A C. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). *Rev. bras. polít. int.* vol.48 no.2 Brasília July/Dec. 2005.

O **olhar sobre a atuação profissional** marcou a preocupação com uma formação que pudesse ser aquilatada por parcerias entre instituições nacionais e internacionais. Atuação profissional que fosse balizada pelas dimensões de estudos de governo e diplomacia, mas principalmente que melhorasse as condições de acesso ao mercado de trabalho e da inserção dos egressos em diferentes áreas, para além do serviço público que parece dominar a área. O Art. 4º das DCNs passou a informar que o Curso de Graduação em Relações Internacionais deve possibilitar a conformação de competências e habilidades relacionadas à concepção, gerenciamento, gestão e organização de atividades com interface internacional. São tarefas relacionadas a uma “Formação geral e humanística que possibilite a compreensão das questões internacionais no seu contexto político, econômico, *histórico*, geográfico, estratégico, jurídico, cultural e social”.

O **olhar sobre a avaliação** dos cursos demandaria o estabelecimento de padrões comuns nas Universidades. Por um lado, eixos obrigatórios e eletivos para servirem de base na construção da prova do ENADE. Por outro, carga horária mínima a ser cumpridas por instituições públicas e privadas que, no caso do Brasil, são bastante diferentes entre si (em termos de objetivos, recursos e focos ou ênfases). O Artigo 7º falaria então que todos os cursos de Relações Internacionais deveriam adequar-se a um tronco comum que possuísse um currículo mínimo, para que todos os bacharéis fossem versados em um número determinado de disciplinas.

Por um lado, não havia menção expressa à incorporação de conteúdos da História. Além disso, houve críticas sobre o fato de Segurança Internacional ser considerado parte do eixo obrigatório, por muitos acreditarem ser área subsidiária à Teoria das Relações Internacionais e Política Internacional.

Criou-se então um impasse sobre a carga horária dos cursos, o que coaduna com a análise anterior de que é área ascendente no interesse dos jovens pesquisadores brasileiros. Sobre a carga horária, muitos tradicionalistas alegaram falta de consenso em suas instituições de origem e a necessidade de manter o que a ABRI havia estabelecido em 2013 (3 mil horas de atividades curriculares e extracurriculares) como formação mínima. Muitos utilitaristas e vanguardistas frisaram a necessidade de reduzir as horas para atualizar o campo aos ditames do século 21, cada vez mais demandando que o ensino teórico seja ancorado na experiência prática.

O **olhar sobre o futuro** foi uma característica comum dos discursos daquele dia. Uma carga que contemplasse negociações internacionais, que em poucos cursos seria

obrigatório, psicologia nos âmbitos organizacionais e comportamentais (o que coaduna com algumas das vertentes teóricas presentes no campo que derivam suas premissas sobre percepções na política internacional e tomada de decisão).

Olhar sobre a dimensão social registrou a necessidade de um acompanhamento efetivo do alunado, especialmente devido às dificuldades (econômicas) ou porque precisam trabalhar para garantir seu sustento. Preocupação com o alunado com recursos restritos para arcar com o básico em termos de transporte, alimentação e acesso a textos ou mesmo impossibilitados de pagar por uma mensalidade, sem ter que se endividar com programas de empréstimo estudantil.

Olhar sobre a transversalidade curricular e necessária inclusão de temas até então silenciados. Ainda que haja um boom de estudos, pesquisas e projetos sobre Direitos Humanos (em diferentes vertentes) nos últimos anos, isto não parece ter se traduzido em inovações curriculares interessantes, estando restrito a institucionalidades específicas como as Cátedras Sérgio Vieira de Mello.

O **olhar sobre as regionalidades** reforçou o fato de ser o Brasil um país continental e cuja monstruosidade impacta no tipo de formação que se pode pensar para o internacionalista no século 21 e que pudesse alcançar a flexibilidade que os cursos em diferentes partes do país acabaram refletindo por conta de suas especificidades geopistemológicas. A necessidade de se fomentar uma formação diferenciada que se alinharia às vocações culturais do Brasil

O **olhar sobre o globo** denunciava a falta de capacidade dos currículos vigentes de alcançar países e regiões que continuam muito pouco estudados, apesar de recente explosão de interesse pela Ásia e África, especialmente motivado pela ascensão pacífica chinesa e sua inserção em diferentes regiões do globo. O Art. 4º das DCNs informa que o/a internacionalista precisa de uma “base cultural ampla que forneça recursos para uma compreensão adequada de temas internacionais”, o que presume conhecimento histórico sobre as diferentes regiões e países do globo.

O **olhar crítico** reforçava a necessidade de se ter um internacionalista capaz de discernir criticamente sobre a realidade a sua volta. Os Artigos 4º e 5º das DCNs informam igualmente, a fim de desenvolver uma “postura crítica” consistente e embasada em “argumentos, evidências, discursos e interpretações”, com relação tanto a eventos e processos internacionais quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais. Outro aspecto importante, mas que ainda permanece distante é o que define “que se busque superar o eurocentrismo da historiografia tradicional,

contemplando o debate sobre as distintas correntes da historiografia, ressaltando suas especificidades e evolução”. Além disso, fala da necessidade “de crítica às fontes empregadas pelo analista das Relações Internacionais”, o que demanda a absorção disso em disciplinas históricas, mas também metodológicas que lidem com uso de fontes primárias e secundárias.

Nada obstante, nas DCNs ao se falar de “processos de inclusão” não deixa isto muito claro. Uma vez que o papel social das DCNs é direcionar as matrizes curriculares e os cursos de RI no Brasil, parece haver uma lacuna entre a norma e seu interprete. Nenhum deles, portanto, deixa explícito uma virada em direção às preocupações sociais, políticas e econômicas que marcam este momento do século 21, especialmente aquelas voltadas para a inclusão social, enfrentamento aos racismos, igualdade de gênero e empoderamento da mulher e respeito à sexualidade.

O **olhar sobre a História** aparece mais especificamente no Art. 5º que define que os cursos de graduação em Relações Internacionais deverão contemplar em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular (ponto IV) os conteúdos de História das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais do Brasil. O texto fala que “para o ensino de História das Relações Internacionais, recomenda-se: a apresentação crítica da construção, evolução e funcionamento do sistema internacional”. No Art. 5º das DCNs “Recomenda-se pelo menos uma disciplina de História das Relações Internacionais e uma de História das Relações Internacionais do Brasil”. De toda forma, o apêndice A das DCNs, que trata do quadro de disciplinas do “núcleo estruturante”, elenca como conteúdo básico na área de HRI os seguintes pontos:

1. Estudo da formação e evolução das relações interestatais, do sistema internacional e da sociedade internacional, por meio da identificação dos acontecimentos históricos relevantes para a conformação do mundo contemporâneo, em uma perspectiva histórica e, simultaneamente, multidisciplinar.
2. Análise da formação dos Estados modernos e de suas relações internacionais, da ordem de Viena às tendências do início do século XXI.
3. Identificação das forças profundas, dos objetivos dos Estados nacionais e do jogo das forças em cada grande contexto histórico.
4. Evolução histórica dos diversos subsistemas regionais.

5. Processos de inclusão e de estabelecimento de prioridades de temas das agendas políticas globais e regionais.

Considerações finais

Partimos de enquadramentos conceituais que são bases de sustentação para o ensino na graduação, recentemente normatizados por diretrizes curriculares nacionais. Seguimos com pequena análise das metodologias de trabalho empregadas desde a passagem de uma história diplomática para o olhar diversificado do historiador das RI no limiar do século XXI. Concluímos com as idiosincrasias da historiografia brasileira, procurando lançar luz para uma comparação com colegas latino-americanos. Tal como é vista essa produção no Brasil, levando em consideração os desafios não apenas para a graduação, mas também para os espaços de pesquisa nos cursos de pós-graduação e de publicação em História das Relações Internacionais em eventos científicos e periódicos nacionais.

O cerne desta comunicação era discutir o lugar da História como parte constitutiva das Relações Internacionais, contextualizando o alargamento do horizonte da própria história das relações internacionais, enfocando tanto sua permeabilidade às diferentes formas de produção do conhecimento como o espinhoso terreno dos silêncios e ausências que a produção tradicional de conhecimento histórico em relações internacionais tem gerado, intencionalmente ou não.

A evolução da dimensão histórica das Relações Internacionais alargou os horizontes da disciplina para se conformar nas Relações Internacionais Históricas como um nicho específico de compreensão da realidade e que ganhou espaço institucionalizado, por exemplo, na *International Studies Association*. De fato, os trabalhos desenvolvidos no âmbito da seção *Historical International Relations* da ISA tornaram-se referência mundial para o desenvolvimento de estudos históricos em relações internacionais, mas não necessariamente estão impactando na produção do conhecimento e na composição do ensino brasileiros.

No Brasil, a disseminação de cursos de graduação e pós-graduação dedicados ao estudo do internacional gerou um debate sobre o estabelecimento de diretrizes curriculares nacionais (DCNs) que deveriam organizar a área do conhecimento em eixos de referência (ABRI 2012). Como afirma Koselleck, “só pode surpreender aquilo que

não é esperado. Então, estamos diante de uma nova experiência. Romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova”.¹⁵

Entretanto, o diagnóstico realizado ao longo deste trabalho demonstra as dificuldades de se alcançar esta conjuntura crítica intelectual de mudança. A utilização de novas edições e traduções de textos clássicos tornaram sim acessíveis ideias e argumentos que antes só estavam disponíveis em língua estrangeira, mas não significa que se está verdadeiramente atualizando o conteúdo ministrado pelo professor aos alunos.

Segundo, de fato existe uma espinha dorsal no ensino da história para as RI que reflete preocupações com a essência da história, o ofício do historiador, as técnicas de construção de uma boa narrativa, os novos domínios da História e a subjetividade intrínseca ao se fazer história. Nada obstante, carece de um foco interpretativo voltado para as RI e para o que o público alvo precisa receber em termos de informações valiosas a sua formação, não no curso de História, mas no de RI.

Terceiro, o estabelecimento das diretrizes curriculares nacionais não é norma suficiente para proporcionar o salto qualitativo para uma ciência das Relações Internacionais mais abrangentes, que valorize tanto o traço identitário não ocidentalista e a pegada decolonialista, mas que abra a avenida para discussões silenciadas durante décadas, por exemplo, sobre o papel social das mulheres ou o lugar de fala e as vivências dos negros ou ainda as imbrincadas e complexas dinâmicas atreladas ao movimento temporal da sexualidade na política global. Os horizontes teóricos e metodológicos das Relações Internacionais Históricas se expandirão certamente mais nesta direção do que em outras.

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *O futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006. p. 313.